



SOBRE ÁGUA NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

ARENAS, ATORES E AÇÃO COLETIVA EM TORNO DA CRISE HÍDRICA: O CASO DA SUB BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO TAPEROÁ NO SEMIÁRIDO PARAIBANO

Alcione Valéria Bento da Silva

*Universidade Estadual da Paraíba – UEPB
alcionedublin@hotmail.com*

Ângela Maria Cavalcanti Ramalho

*Universidade Estadual da Paraíba – UEPB
angelaramalho@oi.com.br*

INTRODUÇÃO

Neste milênio a crise hídrica se apresenta como um grande desafio para todo o mundo, apesar da água durante muitas décadas ter sido excluída da pauta dos debates políticos. No Brasil, especificamente na região Nordeste a crise hídrica, a convivência com a seca, sempre foi um problema vivenciado pela população, mais notadamente pelo semiárido que há décadas sofre com esta escassez e com o descaso dos governantes em torno da construção de políticas públicas efetivas para o enfrentamento da problemática. A ausência de políticas públicas de enfrentamento da escassez hídrica no Nordeste marcou por décadas o descompromisso dos governantes. Políticas equivocadas até a década de 1990 marcaram um histórico de políticas públicas equivocadas, calcadas especialmente na implantação de pequenos reservatórios altamente vulneráveis às estiagens e perfuração de poços no cristalino. Aliada a falta de gestão das águas foi a tônica da manutenção do quadro regional crítico a cada seca. Como forma de aliviar o sofrimento das populações as soluções para o enfrentamento se baseavam em medidas paliativas como: carros-pipa para transporte de água, frentes de trabalho para assegurar-lhes alguma renda para sustento. Contudo, a chegada da crise hídrica na região Sudeste o problema ganhou visibilidade midiática, convocando assim o governo a apresentar políticas hídricas efetivas e emergentes, pois os primeiros focos sinalizam para o *estado da arte* que pode ser a maior crise hídrica de sua história. O país vem apresentando níveis baixos em seus reservatórios em épocas do ano em que eles costumam estar bem mais cheios, gerando também um problema na gestão dos recursos naturais. Desse modo, constata-se que o semiárido apresenta situações mais difíceis de serem superadas, o que demanda políticas públicas para o enfrentamento da falta de água em





SOBRE ÁGUA NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

várias regiões. Ao mesmo tempo, a sociedade precisa entender que a água é de grande importância para todos os setores da sociedade o que requer planejamento e gestão dos recursos hídricos, pois a crise da água não é consequência apenas de fatores climáticos; é também um problema de gestão, por isso é preciso planejar um futuro. A partir da configuração apresentada questionam-se como nas arenas sociais as relações de conflito, cooperação e papéis dos atores na ação coletiva em torno da crise hídrica no semiárido paraibano?

A partir do cenário configurado a escolha do tema para estudo sistemático se justifica pela necessidade de conhecer a partir de uma literatura acadêmico-científica específica temática água e o processo de participação social dos atores locais frente ao problema da crise hídrica que tem assolado o semiárido Paraibano há décadas.

Buscar entender como estão sendo tecidas as ações necessárias para enfrentar o problema da falta de água para os diversos fins (humano, animal, agrícola, etc.) no semiárido paraibano, também como se dão as interações entre esses atores mediante a diversidade de interesses que esta questão envolve é o que deseja traduzir o tema proposto.

Todo este processo interativo de conflito e cooperação está alinhado a uma política hídrica nacional que contempla uma gestão descentralizada e participativa, instituído a partir da criação da Lei das Águas em 1997, que propõe a gestão dos recursos hídricos compartilhada entre poder público, sociedade civil organizada e usuários da água, em busca da garantia do direito ao acesso à água para os múltiplos usos.

METODOLOGIA

A Pesquisa encontra-se em fase inicial de levantamento de dados, para tanto foi aplicada uma pesquisa do tipo exploratória para constatação inicial do cenário e a problemática em foco da área em estudo com abordagem qualitativa, com a técnica da observação não participante da pesquisa bibliográfica com base em referências que tratam a temática e da pesquisa documental utilizando-se de instrumentos qualitativos na coleta de informações necessárias para a análise de conteúdo.

As arenas sociais segundo a definição de Strauss (1978), as arenas seriam o lugar, por excelência, da prática da negociação, enquanto uma das formas possíveis de se alcançarem determinados objetivos, sendo que tal prática não é fortuita e, nem, tampouco, separada das condições sociais em que ocorre. Se formam a partir mobilização da diversidade de atores sociais e papéis, que interagem a partir da relação de conflitos e de cooperação em busca da construção de uma ação coletiva em torno de uma situação problema. Um palco destinado a construção cênica da mobilização e participação social na tessitura de uma ação coletiva frente a uma problematização.





SOBRE ÁGUA NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

No Brasil há alguns estudos assinalam para a perspectiva de análise da arena como meio de compreender a dinâmica da participação em diversos espaços democráticos. A tese de doutorados de Mário Fuks (2001), o autor em seu estudo recorre à compreensão pública dos problemas sociais, entendida como espaço de ação, e, antes, de debate (entre partidos políticos, mídia, grupos organizados e o poder executivo).

Nesse sistema de arenas públicas circulam e se consolidam assuntos específicos, que, a partir da visibilidade dos debates e das ações a eles associados, tornam-se problemas sociais, adquirindo também visibilidade na agenda pública.

Para Sen (2000), a expansão das liberdades (oportunidades econômicas, liberdades políticas, serviços sociais, garantias de transparências, segurança protetora) é importante para o desenvolvimento por duas ordens de razão: a avaliação – a apreciação do progresso tem que ser feita em termos do alargamento da liberdade das pessoas – e a eficácia – a qualidade do desenvolvimento depende da ação livre dos indivíduos. O que as pessoas podem efetivamente realizar depende, assim, do conjunto das liberdades e condições de que dispuserem para viver com qualidade. O *acesso igualitário à água como bem comum água* é uma dessas condições.

A Organização Mundial de saúde – OMS (2001), destaca que todas as pessoas, em quaisquer estágios de desenvolvimento e condições sócio econômicas, têm direito a um suprimento adequado de água. Por isso, o fenômeno se apresenta como desafio às políticas que visam ao desenvolvimento sustentável.

Portanto a crise hídrica evidenciada em nosso planeta é um desafio de todos: políticos, acadêmicos e cidadãos. Todos nós temos a responsabilidade de buscar alternativas para garantir um futuro seguro, com melhor qualidade de vida, saúde e alimentação saudável.

POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

No Brasil em 1997 foi criada a Lei de Recursos Hídricos No. 9.433, conhecida como Lei das Águas, contendo os princípios básicos de: 1) adoção da Bacia Hidrográfica como unidade de gestão e planejamento dos recursos hídricos; 2) usos múltiplos da água (todos usuários têm acesso ao uso dos recursos hídricos); 3) reconhecimento da água como um bem de domínio público finito e vulnerável; 4) reconhecimento do valor econômico da água.

A partir da Lei das Águas foi instituída a Política Nacional de Recursos Hídricos e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH). A partir da criação desta legislação a gestão dos recursos hídricos deve proporcionar os usos múltiplos das águas, de forma descentralizada e participativa.

As Bacias Hidrográficas no território brasileiro estão divididas em oito: Bacia do Rio





SOBRE ÁGUA NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

amazonas, Bacia do Rio Tocantins, Bacia do Atlântico Norte/Nordeste, Bacia do Rio São Francisco, Bacia do Atlântico Leste, Bacia do Rio Paraná, Bacia do Rio Uruguai e Bacia do Atlântico Sudeste.

Através da atuação deste espaço geográfico das Bacias Hidrográficas que a gestão da água se fundamenta. É neste espaço onde pode se promover o planejamento regional, controlar os usos da água na região, proteger e conservar as fontes de captação da bacia e discutir com diferentes

Pessoas e setores as soluções para os conflitos.

O Estado da Paraíba está dividido em **onze bacias hidrográficas**: Rio Paraíba; Rio Abiaí; Rio Gramame; Rio Miriri; Rio Mamanguape; Rio Camaratuba; Rio Guaju; Rio Piranhas; Rio Curimataú; Rio Jacu; e Rio Trairi. As cinco últimas são bacias de domínio federal.

A Bacia do Rio Piranhas foi ainda dividida em quatro sub bacias (Rio do Peixe, Rio Piancó, Rio Espinharas e Rio Seridó) e duas regiões hidrográficas (Alto Piranhas e Médio Piranhas).

A Bacia do Rio Paraíba foi dividida em uma sub bacia (Rio Taperoá) e três regiões (Alto Paraíba, Médio Paraíba e Baixo Paraíba). Conforme ilustrado abaixo na Figura no. 01:



Fonte: AESA, (2003)

Descrição da Sub Bacia Hidrográfica do Rio Taperoá

A Bacia Hidrográfica Rio Paraíba tem como área de atuação a sub bacia do Rio Taperoá e mais três regiões: Alto Paraíba, Médio Paraíba e Baixo Paraíba. De acordo com as figura no. 02 abaixo ilustrada:





SOBRE ÁGUA NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

municípios que compõem a sub bacia do Rio Taperoá:

Figura no. 03: Municípios pertencentes na sub bacia do Rio Taperoá



Fonte: AESA. (2003)

Tabela 1 – Usos outorgados na Sub Bacia do Rio Taperoá

USOS	VOLUME (m ³ /ano)	PORCENTAGEM (%)
Irrigação	48.410,34	0,68
Industrial	16.427,60	0,23
Humano	109.362,00	1,54
Abastecimento	6.905.486,30	97,54
Total	7.079.686,24	100,00

Fonte: SEMARH – 2003

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

A partir de um primeiro deslocamento exploratório analítico da pesquisa, foi possível observar que para compreender a dinâmica da escassez da água no seminário, é relevante assinalar que falta tanto um planejamento específico para gestão da água, como também uma maior interação dos atores sociais, mesmo em meio a arenas de conflitos com interesses diferenciados, elementos de cooperação precisam ser ampliados na busca da tessitura de novas relações dos atores diante do cenários na busca da superação da escassez de água, pois a água continua a ser uma questão crucial no que concerne ao desenvolvimento do semiárido.

De acordo com a análise da Proposta de Instituição do Comitê de Bacia do Rio Paraíba (2004), os principais conflitos registrados que ocorrem na Sub Bacia do Rio Taperoá se dão entre os usuários de água para irrigação e usuários de água para abastecimento. O quadro é agravado pelo baixo volume dos mananciais que em anos de baixos índices pluviométricos não se recuperam para atenderem todas as demandas existentes.





SOBRE ÁGUA NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

É fato que algumas iniciativas vêm sendo empreendidas com o objetivo de implantar infraestruturas capazes de disponibilizar água suficiente para garantir o abastecimento a exemplo das cisternas de placas, de qualquer maneira, a partir dessa tragédia ações mais efetivas, ainda em ritmo lento, começaram a ser tomadas pela sociedade civil.

Desse modo, é preciso assinalar que o enfrentamento do problema da escassez de água de qualidade no semiárido não se dá através de uma solução única. É preciso elaborar uma política que entenda as particularidades de cada região, com ações de planejamento e gestão da água de forma integrada, participativa e descentralizada, em apoio às ações dos órgãos gestores locais, estaduais e as organizações não governamentais. Na essência queremos um semiárido desenvolvido e ambientalmente sustentável, com processos e políticas regionais formuladas e implementadas de forma democrática e igualitária e que contemple a colaboração de pesquisadores e cientistas.

REFERÊNCIAS

ASSIS, E. G. **A gestão social da água na sub bacia hidrográfica do Rio do Peixe: semiárido paraibano**, 2011. (Tese de Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

AZEVÊDO, A.C.; SOUSA, C.M.; CASEMIRO, R.; MOTTA, R. *Água, tecnologia e desenvolvimento: o caso do programa água doce no semiárido paraibano*. *Revista Tecnologia & Sociedade*, Curitiba, n. 18, p.161-172, dez. 2013.

BRASIL. GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA E DO MEIO AMBIENTE – SECTMA. PERH/PB: **Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado da Paraíba**. AGÊNCIA EXECUTIVA DE GESTÃO DE ÁGUAS DO ESTADO DA PARAÍBA, AESA. Brasília, 2006.

_____. GOVERNO FEDERAL DO. **Programa de articulação do semiárido – ASA**. Disponível em www.aguaonline.com.br. Acesso em: 05 junho 2014.

CRUZ, G. R.; FREIRE, J. **Participação e arenas públicas: um quadro analítico para pensar os conselhos municipais setoriais e os fóruns de desenvolvimento local**. *Cadernos Metrôpole*, Rio de Janeiro, n. 10, pp. 75-102, 2º sem. 2003.

FUKS, M. **Conflitos ambientais no Rio de Janeiro. Ação e debate nas arenas públicas**. Tese de Doutorado Rio de Janeiro, 2001.

PARAÍBA. GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. **Conselho estadual de recursos hídricos – CERH**. Disponível em: <<http://www.aguasdaparaiba.com.br/conselho.php>>. Acesso em 04 maio 2015. João Pessoa, 2007.

_____. GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA. AESA - Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba. **Dados Sobre Perímetro e Geoprocessamento**. 2006. Disponível em: <<http://www.geo.aesa.pb.gov.br/>>. Acesso em: 10 maio 2015.

